

Portaria nº 01
07 de fevereiro de 2012

Fomentar as regras do Programa de Entrega Domiciliar de Medicamentos no Município de São José do Rio Preto.

O Secretário Municipal de Saúde, **Prof. Dr. Valter Negrelli Junior**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Federal nº 8080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde;

Considerando a necessidade da integralidade e da resolutividade da atenção em saúde, nas ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação;

Considerando o inciso II do artigo 198 da Constituição Federal que dispõe sobre a integralidade da atenção como diretriz do Sistema Único da Saúde – SUS;

Considerando a Política Nacional de Atenção Básica definida pela Portaria nº 648/GM, de 28 de março de 2006, que regulamenta o desenvolvimento das ações de Atenção Básica à Saúde no SUS;

Considerando o aperfeiçoamento da Política de Assistência Farmacêutica Municipal.

Considerando a portaria nº 15 de 23 de novembro de 2012, que implementa o Programa de Entrega Domiciliar de Medicamentos no Município de São José do Rio Preto.

Resolve:

Artigo 1º - Alterar, na forma do anexo I, os critérios para inclusão e exclusão de pacientes no Programa de Entrega Domiciliar para o recebimento dos contraceptivos;

Artigo 2º- Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DR. VALTER NEGRELLI JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

1. Critérios para inclusão de mulheres no Programa de Entrega Domiciliar de contraceptivos^{1,2,3}:
 - 1.1. Ser residente no município de São José do Rio Preto.
 - 1.2. Estar matriculada e ser acompanhada em uma Unidade Básica de Saúde com ou sem estratégia de Saúde da Família.
 - 1.3. Possuir cartão SUS.
 - 1.4. Possuir cadastro de PFJ atualizado.
 - 1.5. Ser maior de 18 anos ou emancipada.
 - 1.6. Não estar grávida.
 - 1.7. Não estar amamentando.
 - 1.8. Ter realizado exame de Papanicolaou de acordo com o protocolo da Secretaria de Saúde.
 - 1.9. Não possuir nenhuma das condições a seguir:
 - 1.9.1. Valvopatias.
 - 1.9.2. Distúrbios tromboembólicos.
 - 1.9.3. Doença cardíaca associada com hipertensão pulmonar ou risco de embolia.
 - 1.9.4. Hipertensão sistêmica.
 - 1.9.5. Enxaqueca com sintomas neurológicos focais.
 - 1.9.6. Diabetes com comprometimento vascular.
 - 1.9.7. Adenomas ou carcinomas hepáticos.
 - 1.9.8. Distúrbios hepáticos.
 - 1.9.9. Lúpus eritematoso sistêmico.
 - 1.9.10. Porfiria.
 - 1.9.11. Tumores mamários ou geniturinários.
 - 1.9.12. Hemorragia vaginal não-diagnosticada.
 - 1.9.13. Tabagista com idade acima de 35 anos.
2. Critérios para exclusão de mulheres no Programa de Entrega Domiciliar de contraceptivos^{1,2,3}:
 - 2.1. Não ser encontrado no endereço cadastrado, após três tentativas de entregas.
 - 2.2. Avaliação clínica do médico.
 - 2.3. Gravidez.

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Formulário Terapêutico Nacional 2010. Disponível em: < http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/FTN_2010.pdf>. Disponível em: 03 de maio de 2011.

² World Health Organization. Medical eligibility criteria for contraceptive use. 4ª edição. Genebra: WHO 2010. Disponível em: < http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241563888_eng.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2011.

³ WANNMACHER, L, LUBIANCA, J.N.. Uso Racional de Contraceptivos Hormonais Orais. *Uso racional de medicamentos*: temas selecionados. Brasília, n. 10, jan. 2011 Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Tema10-contraceptivos.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2011.